

# EDITORIAL

A expansão contemporânea da inteligência artificial não constitui apenas uma inovação tecnológica: trata-se de uma transformação profunda nos modos de produção do conhecimento, nas relações sociais e nas formas de exercício do poder. Nesse sentido, sua irrupção no campo educacional não pode ser compreendida apenas como incorporação de ferramentas, mas como parte de uma disputa mais ampla pelo sentido da formação, da circulação do saber e da construção da cidadania.

Como assinala a tradição pedagógica crítica inaugurada por Paulo Freire, a educação nunca é neutra: ela se inscreve sempre em projetos de sociedade, em horizontes de emancipação ou em lógicas de reprodução. A partir dessa perspectiva, a expansão dos sistemas de IA generativa interpela as instituições educacionais em um plano estrutural. Não se trata apenas de como integrar essas tecnologias ao ensino, mas de como compreender suas implicações epistemológicas, políticas e éticas.

As plataformas de inteligência artificial hoje disponíveis tensionam noções centrais do trabalho acadêmico: autoria, validação do conhecimento, relação entre experiência e produção textual, e modos de avaliação. Ao mesmo tempo, inserem-se em um ecossistema digital atravessado por economias de dados, infraestruturas corporativas e assimetrias globais de acesso à tecnologia. Nesse contexto, a questão educacional não pode ser dissociada da questão democrática.

A alfabetização contemporânea exige formar sujeitos capazes não apenas de utilizar tecnologias, mas de interrogá-las. Isso implica promover

E D I T O R I A L



capacidades para reconhecer vieses algorítmicos, compreender as lógicas de produção automatizada da informação, deliberar publicamente sobre os usos sociais da tecnologia e participar da construção de marcos regulatórios que orientem seu desenvolvimento.

Nesse horizonte, a educação superior, a formação docente e os sistemas educacionais em seu conjunto enfrentam um duplo desafio. Por um lado, precisam construir referenciais pedagógicos que integrem a IA como objeto de estudo, ferramenta didática e problema social. Por outro, devem sustentar sua função histórica como espaços de produção de pensamento crítico, deliberação pública e formação cidadã.

A partir das experiências recentes de educação digital em contextos públicos e abertos, especialmente na América Latina, observa-se que a inteligência artificial pode desempenhar um papel relevante na ampliação do acesso à aprendizagem ao longo da vida. Contudo, seus efeitos dependerão sempre dos marcos regulatórios, das políticas públicas e dos projetos pedagógicos que orientem sua adoção, sobretudo em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais e digitais.

Este número pretende contribuir para esse debate a partir de múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas. Reconhecemos que a inteligência artificial não define por si só o futuro da educação nem da democracia. Seu sentido social dependerá das decisões coletivas que formos capazes de construir, dos marcos regulatórios que instituímos e, sobretudo, dos projetos formativos que sustentarmos.